



RONDONÓPOLIS - MT

CÂMARA MUNICIPAL DE
RONDONÓPOLIS - MATO GROSSO

Agente Administrativo

EDITAL N.º 001/2023/CMR

CÓD: SL-049JN-24
7908433247821

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos de variados gêneros discursivos	9
2. As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos	12
3. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais	18
4. Registros formal e informal da linguagem.	19
5. Aspectos linguísticos na construção do texto: Fonética: prosódia.....	20
6. ortografia	21
7. Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras.....	21
8. Sintaxe: concordâncias verbal e nominal.....	37
9. regências verbal e nominal	38
10. colocação pronominal,.....	41
11. emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais.....	41
12. Semântica: polissemia, parônima, homonímia, sinonímia, antonímia, denotação e conotação.....	41
13. Textualidade: coesão, coerência,	42
14. intertextualidade	43
15. argumentação.....	44
16. Pontuação.....	45
17. Tipos de discurso: direto e indireto	47
18. Vozes do verbo.....	49
19. Acentuação	49
20. Figuras de linguagem	51
21. Narração, descrição, injunção, diálogo, argumentação, exposição.....	53
22. Crase	54
23. Coordenação e subordinação	54
24. Conectivos.....	57

Legislação Básica

1. Lei Orgânica do Município de Rondonópolis/MT.....	65
2. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Rondonópolis/MT.....	101
3. A lei que estabelece o Regime Jurídico dos servidores públicos do município de Rondonópolis/MT.....	131

Noções de Informática

1. Conceitos sobre informática: conceitos, características, modalidades de processamento, hardware, microcomputadores x notebooks x laptop, componentes e funções, dispositivos de entrada e saída, memória, uso dos recursos.	149
2. Software: conceitos, software livre, básico e aplicativo.....	152
3. Sistemas operacionais: conceitos, características, gerência de processos, de memória, de dispositivos de e/s, de dados, sistemas de arquivos.....	152
4. Ambientes Windows 8.1/10/11 BR e Linux e distribuições: conceitos, características, versões 32 e 64 bits, ícones, ambiente gráfico, gerenciador de pastas e arquivos, teclas de atalho, uso dos recursos.....	160

ÍNDICE

5. Pacote MS Office 2016/2019 BR ou superior (Word, Calc, Powerpoint, Access) e Libre Office 7.3.2.2 ou superior (Writer, Calc, Impress, Base), em português BR: conceitos, características, versões 32 e 64 bits, pastas e arquivos, teclas de atalho, ícones, uso dos recursos	182
6. Redes de computadores: conceitos, características, equipamentos, sinais analógico x digital, serial x paralelo, meios de transmissão, cabeamento estruturado, categorias, padrões EIA/TIA 568A X 568B. Tecnologias, topologias, conectores, cabeamento, padrões, protocolos e redes cabeadas e wireless. Padrões ABNT. Modelo OSI/ISO – conceitos, níveis e camadas. Arquitetura TCP/IP. Endereços IPv4 X IPv6. Máscara de rede de tamanho fixo x tamanho variável. Utilitários	230
7. Internet x Intranet x Extranet: conceitos, características, web 2.0 x web 3.0. Browsers Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox nas últimas versões de 32 e 64 bits – conceitos, características, ícones, atalhos de teclado e uso dos recursos. Ferramentas de busca e de pesquisa na Web. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração, de correio eletrônico e webmail, de grupos de discussão, de fóruns, de wikis e redes sociais. Computação em Nuvem	239
8. Segurança da Informação, de sistemas, de equipamentos, em redes e na internet – Conceitos, características, padrões ISO, aplicativos, proteção, ameaças e vulnerabilidades. Conceitos sobre firewall, backup, vírus e antivírus. Criptografia e assinatura digital	254
9. Conceitos sobre computação gráfica, tecnologias e ferramentas multimídia, de reprodução de áudio e vídeo, formatos de arquivos, de imagens e figuras	259

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Operações com conjuntos	265
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial	269
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições. Conectivos e negação	273
4. Argumentação lógica e diagramas lógicos	275
5. Equivalências e implicações lógicas	278
6. Quantificadores universal e existencial	280
7. Problemas de contagem: princípios aditivo e multiplicativo	281

História de Mato Grosso

1. Período Colonial.Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro	289
2. A fundação de Cuiabá: Tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial	290
3. A fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a criação da Capitania de Mato Grosso	290
4. A escravidão negra em Mato Grosso. Os quilombos em Mato Grosso	291
5. Período Imperial. A crise da mineração e as alternativas econômicas da Província	291
6. A Rusga	292
7. Os Presidentes de Província e suas realizações.	293
8. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a participação de Mato Grosso	294
9. A economia de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.....	296
10. O fim do Império em Mato Grosso.	297
11. Período Republicano.O coronelismo em Mato Grosso	298
12. Economia de Mato Grosso na Primeira República: usinas de açúcar e criação de gado.....	298
13. Relações de trabalho em Mato Grosso na Primeira República	298
14. Mato Grosso durante a Era Vargas: política e economia	299
15. Política fundiária e as tensões sociais no campo.	299

16. Os governadores estaduais e suas realizações	300
17. Tópicos relevantes e atuais de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, ecologia e suas vinculações históricas.....	300

Geografia de Mato Grosso

1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste	305
2. Geopolítica de Mato Grosso	309
3. Ocupação do território	309
4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense.....	310
5. Aspectos político-administrativos.....	311
6. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso. Formação étnica. A economia do Estado no contexto nacional. População. Território e Ambiente.....	312
7. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense.....	314
8. A urbanização do Estado.....	316
9. Economia	316

Noções de Ética e Filosofia

1. Fundamentos da Filosofia.....	321
2. Filosofia moral: Ética ou filosofia moral.....	324
3. Consciência crítica e filosofia	327
4. A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura.....	328
5. Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor.....	329
6. Ética e cidadania	330
7. Racionalismo ético.....	332
8. Ética e liberdade	334

Conhecimentos específicos (Sem bibliografia) Agente Administrativo

1. Noções de Administração Geral: teorias e escolas da administração.....	341
2. planejamento e estratégia; organização, direção e controle; estruturas organizacionais	348
3. gráficos de processamentos.....	353
4. formulários; layout.....	357
5. ferramentas da qualidade.....	361
6. processo de organização.....	365
7. motivação	371
8. liderança	373
9. Administração de Materiais: gestão de estoques (previsão, níveis, custos, sistema de controles, avaliações, classificação ABC, classificação)	377
10. noções de compras; cadastro de fornecedores	381

ÍNDICE

11. noções básicas de almoxarifado; recebimento; armazenagem; distribuição; inventário físico	384
12. Atendimento ao público: Qualidade no atendimento ao público; comunicabilidade; apresentação; atenção; cortesia; prestação; tolerância; discricção; conduta e objetividade.....	396
13. Trabalho em equipe – personalidade e relacionamento; eficácia no comportamento interpessoal; comportamento receptivo e defensivo; empatia; compreensão mútua	398
14. Postura e profissional e relações interpessoais	400
15. Noções de Administração Pública: princípios; estrutura da administração pública	401
16. reformas administrativas	405
17. modelos teóricos da administração pública	406
18. orçamento público: tipos, princípios, espécie, ciclos.....	406
19. crédito orçamentário e adicional.....	416
20. receita e despesa pública.....	419
21. execução orçamentária e financeira	435
22. licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133/21).....	437
23. Gestão de Documentos; introdução ao estudo dos arquivos: classificação; tipologia arquivística, tipo de arquivamento; classificação de documentos; organização de arquivos: tipos, métodos, operações; idade dos arquivos;	478
24. fases da gestão de documentos; atividades da gestão documental; gestão e preservação de documentos digitais; preservação de documentos arquivísticos; protocolo e procedimentos administrativos.....	487
25. Manual de redação da Presidência da República	489
26. técnicas e modelos de documentos comerciais.....	499
27. correspondências e atos oficiais; modelos oficiais	506
28. Noções de Contabilidade: Princípios Fundamentais de Contabilidade.....	521
29. Controle e variações do patrimônio público.....	523
30. Contabilização de atos e fatos contábeis	525
31. Receitas e despesas públicas: execução orçamentária e financeira	527

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS.

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

LEGISLAÇÃO BÁSICA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

Promulgada em 05 de Maio de 1990 PREÂMBULO

O povo do Município de Rondonópolis, por intermédio de seus representantes na Câmara Municipal, investidos dos Poderes Constituintes atribuídos pelo artigo 11 parágrafo único, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal bem como pelo Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso, com o propósito de assegurar o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do nosso município, repudiando assim, toda forma autoritária de governo, promulga, sob a proteção de Deus, a Lei Orgânica de Rondonópolis. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

TÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º O município de Rondonópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, é ente dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos limites estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 2º A Lei Orgânica é a diretriz máxima do âmbito municipal, tendo supremacia sobre qualquer outro ato normativo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 3º Em relação aos habitantes locais, é dever do Município de Rondonópolis, nos termos das Constituições Federal, Estadual e desta Lei Orgânica:

I - garantir os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à proteção à maternidade, à infância, à juventude, ao idoso e à família, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e à utilização dos recursos naturais de forma sustentável, de modo a garantir o equilíbrio ambiental;

II - assegurar a prestação dos serviços públicos básicos de maneira eficaz e eficiente, independentemente de sua modalidade de execução;

III - promover o desenvolvimento econômico, social e humano;

IV - zelar pela observância das Constituições e leis federais, estaduais e municipais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 4º São deveres dos munícipes e do Poder Público do Município de Rondonópolis:

I - construir uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária;

II - garantir o desenvolvimento local, regional e nacional;

III - promover o bem de todos, combatendo o preconceito de origem, cor, étnica, gênero, credo religioso, idade, preferência sexual, ou qualquer outra forma de discriminação;

IV - preservar o Patrimônio Público e zelar pela limpeza da cidade;

V - cumprir e fazer cumprir o que determinam as Constituições Federal e Estadual, bem como esta Lei Orgânica, e as demais leis. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 5º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 6º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 7º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 8º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 9º O Governo Municipal é exercido pelo Prefeito Municipal e pela Câmara de Vereadores e será gerido, tanto na administração direta quanto na indireta, pelos princípios da:

I - Legalidade;

II - Impessoalidade;

III - Moralidade;

IV - Publicidade;

V - Eficiência;

VI - Participação popular; e

VII - Descentralização administrativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 10 São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 5/2007)

Art. 11 São Símbolos do Município de Rondonópolis o Brasão, o Hino, a Bandeira e suas cores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 12 A sede do Município é a cidade de Rondonópolis, com limites definidos em lei.

Art. 13 A alteração territorial do Município, por desmembramento de parcela de sua área ou incorporação de área de outro ou de outros municípios, bem como pela fusão da área total dependerá de consulta prévia às populações das respectivas áreas, obedecendo o que dispõe as Constituições Federal e Estadual, além de outra legislação pertinente. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 14 São objetivos fundamentais do Município de Rondonópolis:

I - garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II - colaborar com os governos Federal e Estadual na constituição de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária;

III - promover o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade local;

IV - promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 15 O Poder Municipal pertence ao Povo de Rondonópolis, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Mato Grosso e desta Constituição.

Art. 16 O Governo Municipal garantirá a participação direta da população na formulação e execução das políticas públicas definidas em Lei:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto;

II - pelo plebiscito;

III - pelo referendo e veto populares,

IV - pela iniciativa popular no processo legislativo, nos termos das Constituições Federal e Estadual e desta Lei Orgânica;

V - pelo livre acesso, por qualquer cidadão, aos documentos públicos, na forma da lei.

VI - pela livre participação em audiências públicas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

TÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

Art. 17 Ao Município compete legislar e prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

I - suplementar as legislações federal e estadual, no que couber; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

II - elaborar o seu orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

III - instituir e arrecadar tributos, fixar e cobrar preços, bem como aplicar rendas;

IV - prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

V - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único e plano de cargos, carreira e salários de seus servidores das administrações direta e indireta; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

VI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único e plano de carreira de seus servidores da administração direta, das autarquias e fundações públicas;

VII - dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

VIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

IX - organizar e prestar, prioritariamente, por administração direta, ou sob regime de concessão, permissão, ou parceria público privada, mediante licitação, os serviços públicos de interesse local; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

X - Os prazos das concessões ou permissões, autorizados pelo Poder Legislativo, serão definidos em Lei.

XI - elaborar o Plano Diretor conforme diretrizes fixadas em lei federal;

XII - dispor sobre o uso das áreas urbanas, estabelecendo normas de edificações, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, particularmente quanto à localização de áreas industriais, comerciais e de serviços, no interesse da saúde, higiene, sossego, bem-estar, qualidade de vida, recreação e segurança pública, obedecendo ainda o seguinte:

a) reservar áreas para habitações populares, a serem definidas no Plano Diretor;

b) promover e executar programas de moradias populares condignas; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XIII - dispor sobre concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais;

XIV - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XV - regulamentar a utilização de logradouros e estradas municipais, especialmente no perímetro urbano:

a) permitindo ou autorizando serviços de transportes coletivos e de táxis e moto táxis, regulamentando as respectivas tarifas, quando for o caso, e determinando o itinerário, estacionamentos e os pontos de parada dos mesmos;

b) fixando e sinalizando os limites das zonas de silêncio, de tráfego e de estacionamento em via pública em condições especiais;

e) disciplinando os serviços de carga e descarga fixando a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVI - Criar e executar o Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVII - sinalizar as vias urbanas e garantir a conservação das estradas municipais e construir as que se fizerem necessárias para o escoamento da produção bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVIII - regulamentar e prover a limpeza das vias e logradouros públicos, inclusive com remoção e destinação do lixo domiciliar, hospitalar e de outros resíduos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XIX - coordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, bancários e similares, inclusive estabelecimentos hospitalares, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

XX - criar, modificar, suprimir e organizar distritos político-administrativos, observada a legislação complementar estadual, garantida a participação popular; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XXI - conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares de acordo com a lei de zoneamento;

XXII - manter o serviço funerário municipal e dispor sobre cemitérios, administrando, ou terceirizando a administração por meio de lei, daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014) (Expressão “complementar” declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, conforme ADI nº 1001105-80.2021.8.11.000)

XXIII - disciplinar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidades ou propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia da administração pública municipal, em atenção à não poluição visual, respeitada a competência da União; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XXIV - dispor sobre animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXV - dispor sobre a proteção, registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e de outras zoonoses de que possam ser hospedeiros ou transmissores; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XXVI - manter serviços de fiscalização em estabelecimentos, impondo penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXVII - dispor sobre construção e exploração de mercados públicos e feiras livres para gêneros de primeira necessidade e demais produtos compatíveis com a finalidade de abastecimento da população, fiscalizando a venda desses gêneros quanto ao peso, medida e estado de conservação, bem como as condições locais de higiene;

XXVIII - instituir no Plano Diretor a zona suburbana do Município;

XXIX - integrar consórcios com outros municípios para a solução de problemas comuns e convênios com terceiros;

XXX - criar a comissão de licitação e de concorrência públicas que será responsável pelas compras, alienações, obras, serviços públicos e leilões, e terá formação e funcionamento definidos em lei, (Expressão “complementar” declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, conforme ADI nº 1001105-80.2021.8.11.000)

XXXI - criar o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS COMUNS

Art. 18 É competência do Município em comum com a União e o Estado de Mato Grosso: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

I - garantir a saúde pública, universal e de boa qualidade, em todos os níveis de atenção, priorizando a atenção básica, com foco especial na prevenção e educação em saúde à população; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

II - garantir o ensino público e gratuito de boa qualidade a todos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

III - dar prioridade à criação e manutenção de creches populares, universalizando o ensino infantil; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

IV - dispor sobre a participação direta da população nos termos das Constituições Federal e Estadual;

V - estimular a criação, a organização e o desenvolvimento cooperativo, associativo, consórcios de produção e todas as formas de associação, concedendo-lhes assistência técnica e, em casos excepcionais, autorizados por lei, incentivos financeiros e fiscais, anistia ou remissão tributárias; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

VI - assegurar que a comunidade envolvida no Plano Diretor participe do processo de planejamento e definição de programas e projetos prioritários;

VII - assegurar, na aprovação dos loteamentos populares, áreas destinadas a serviços públicos essenciais a serem prestados àqueles que em tais loteamentos vierem a fixar residência; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

VIII - Zelar pela guarda das Constituições, da Lei Orgânica, das Leis e das Instituições democráticas. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 3/2007)

IX - cuidar da saúde e assistência social, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

X - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos situados no município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XI - impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

XII - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

XIII - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XIV - preservar o meio ambiente através de políticas de incentivo a práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XV - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVI - promover programas de construção de moradias e a melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVII - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos que se encontram em estado de fragilidade social; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XVIII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

XIX - estabelecer e implantar política de educação e orientação para a segurança do trânsito; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

XX - incentivar as atividades industriais e comerciais.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS CONCORRENTES

Art. 19 Ao Município compete, concorrentemente, com o Estado de Mato Grosso: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

I - manter, com a cooperação técnica e financeira da União do Estado, programa de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

II - SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

III - manter o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor composto por representações populares, e entidades, além de representantes do Poder Executivo, Legislativo, com dotação orçamentária própria; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

IV - promover a educação, a cultura e a assistência social;

V - SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

VI - Criar mecanismos que aprimorem as relações de consumo e de vigilância sanitária; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS SOBRE INFORMÁTICA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, MODALIDADES DE PROCESSAMENTO, HARDWARE, MICROCOMPUTADORES X NOTEBOOKS X LAPTOP, COMPONENTES E FUNÇÕES, DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA, MEMÓRIA, USO DOS RECURSOS.

A palavra informática é derivada do francês *informatique*, a partir do radical do verbo francês *informer*, por analogia com *mathématique, électronique, etc.*

Em português, podemos considerar a união das palavras informação + automática, ou seja, a informação sendo processada de forma automática.

Existem ainda pontos de vista que consideram “*informática*” união dos conceitos “*informação*” e “*matemática*”.

O conceito de Informática, apesar de ser amplo, em termos gerais, pode ser definido como a ciência cujo objetivo é o tratamento da informação, estudando seus meios de armazenamento, transmissão e processamento em meios digitais, tendo como seu principal instrumento realizador, o equipamento eletrônico chamado computador, dispositivo que trata estas informações de maneira automática, que armazena e processa essas informações.

O termo computação tem origem no vocábulo latim *computatio*, que permite abordar a noção de cômputo enquanto conta, mas é geralmente usada como sinônimo de informática. Sendo assim, podemos dizer que a computação reúne os saberes científicos e os métodos.

A informática hoje em dia se aplica a diversas áreas de atividade social, como por exemplo, aplicações multimídia, jogos, investigação, telecomunicações, robótica de fabricação, controle de processos industriais, gestão de negócios, etc., além de produzir um custo mais baixo nos setores de produção e o incremento da produção de mercadorias nas grandes indústrias.

Com o surgimento das redes mundiais (internet - a rede das redes), a informação é vista cada vez mais como um elemento de criação e de intercâmbio cultural altamente participativo.

Os Componentes Básicos de um Computador¹

A função de um computador é processar dados. Para processá-los é preciso movê-los até a unidade central de processamento, armazenar resultados intermediários e finais em locais onde eles possam ser encontrados mais tarde para controlar estas funções de transporte, armazenamento e processamento. Portanto, tudo que um computador faz pode ser classificado como uma destas quatro ações elementares: mover dados, processar, armazenar, e controlar

estas atividades. Por mais complexas que pareçam as ações executadas por um computador, elas nada mais são que combinações destas quatro funções básicas:

- **Mover dados:** é executada através do fluxo da corrente elétrica ao longo de condutores que ligam os pontos de origem e destino e não depende de elementos ativos.

- **Controle:** são igualmente executadas através de pulsos de corrente, ou “sinais”, propagados em condutores elétricos (estes pulsos são interpretados pelos componentes ativos, fazendo-os atuar ou não dependendo da presença ou ausência dos sinais).

Portanto estas duas funções, transporte e controle, para serem executadas só dependem da existência de condutores elétricos (fios, cabos, filetes metálicos nas placas de circuito impresso, etc.) e não exigem o concurso de componentes ativos.

- **Processar:** consiste basicamente em tomar decisões lógicas do tipo “faça isso em função daquilo”. Por exemplo: “compare dois valores e tome um curso de ação se o primeiro for maior, um curso diferente se ambos forem iguais ou ainda um terceiro curso se o primeiro for menor”. Todo e qualquer processamento de dados, por mais complexo que seja, nada mais é que uma combinação de ações elementares baseadas neste tipo de tomada de decisões simples. O circuito eletrônico elementar capaz de tomar decisões é denominado “porta lógica” (logical gate), ou simplesmente “porta”.

- **Armazenar:** consiste em manter um dado em um certo local enquanto ele for necessário, de tal forma que ele possa ser recuperado quando o sistema precisar dele. O circuito lógico elementar capaz de armazenar um dado (expresso sob a forma do elemento mínimo de informação, o “bit”, que pode exprimir apenas os valores numéricos “um” ou “zero” ou ainda os valores lógicos equivalentes, “verdadeiro” ou “falso”) é a célula de memória – um dispositivo capaz de assumir um dentre dois estados possíveis e manter-se nesse estado até que alguma ação externa venha a alterá-lo (dispositivo “bi-estável”).

Tendo isto em vista, pode-se concluir que todo computador digital, por mais complexo que seja, pode ser concebido como uma combinação de um número finito de apenas dois dispositivos básicos, portas lógicas e células de memória, interligados por condutores elétricos.

Resta ver como é possível implementar estes dispositivos usando componentes eletrônicos.

Sistema Binário

Os computadores utilizam internamente o sistema binário (sistema numérico posicional de base 2). A característica mais notável deste sistema numérico é a utilização exclusiva dos algarismos “1” e “0”, os chamados “dígitos binários”.

¹ REISSWITZ, Flavia. *Análise de Sistemas: Algoritmos & Organização de Computadores.*

2012.

Através do sistema binário, todos os valores de quaisquer variáveis poderão ser expressos usando uma combinação de um determinado número de dígitos binários, ou seja, usando apenas os algarismos “1” e “0”.

O uso do sistema binário pelos computadores decorre do fato dessas máquinas se basearem em circuitos elétricos ou eletrônicos. Isto porque a grande maioria dos componentes de circuitos elétricos podem assumir apenas um dentre dois estados. Por exemplo: interruptores podem estar fechados ou abertos, capacitores carregados ou descarregados, lâmpadas acesas ou apagadas, circuitos energizados ou desenergizados e assim por diante. Isto facilita extremamente a representação de grandezas expressas no sistema binário usando estes componentes.

Toda e qualquer grandeza do mundo real, desde as cores e posições dos pontos que formam a imagem da Mona Lisa, os compassos, timbres e notas musicais que compõem a Aria da Quarta Corda, o conjunto de caracteres que consubstanciam a Divina Comédia até a sucessão ordenada de aminoácidos que formam o DNA dos seres vivos, em suma: toda e qualquer criação humana ou da natureza, seja ela qual for, pode ser codificada e representada (com maior ou menor precisão) sob a forma de um conjunto de números. E estes números podem ser expressos no sistema binário. É por isso que o computador é uma máquina tão versátil e se presta a atividades tão disparatadas como calcular, escrever, desenhar, reproduzir músicas ou vídeo.

Medição de Volume de Dados por Bits e Bytes

Os computadores interpretam impulsos elétricos, que recebem o nome de **bit** (*binary digit*), cujo conjunto de 8 deles reunidos formam um **byte**. Estes impulsos podem ser positivos ou negativos, representados por 0 e 1.

Sendo o bit representado por dois tipos de valores e o byte representando 8 bits, dois (bit) elevado a 8 (byte) = 256 números binários, número suficiente para que possamos lidar com a máquina.

Os bytes representam letras, acentos, caracteres, comandos enviados por dispositivos de entrada de dados, instruções, etc.

A tabela ASCII - *American Standard Code for Information Interchange* (Código Americano Padrão para o Intercâmbio de Informações) abrange um conjunto de valores que representam caracteres e códigos de controle armazenados ou utilizados em computadores.

No que se refere aos bits e bytes, tem-se as seguintes medidas:

- 1 Byte = 8 bits
- 1 kilobyte (KB ou Kbytes) = 1024 bytes
- 1 megabyte (MB ou Mbytes) = 1024 kilobytes
- 1 gigabyte (GB ou Gbytes) = 1024 megabytes
- 1 terabyte (TB ou Tbytes) = 1024 gigabytes
- 1 petabyte (PB ou Pbytes) = 1024 terabytes
- 1 exabyte (EB ou Ebytes) = 1024 petabytes
- 1 zettabyte (ZB ou Zbytes) = 1024 exabytes
- 1 yottabyte (YB ou Ybytes) = 1024 zettabytes

É também por meio dos bytes que se determina o comprimento da palavra de um computador, ou seja, a quantidade de bits que o dispositivo utiliza na composição das instruções internas, exemplo:

- 8 bits => palavra de 1 byte
- 16 bits => palavra de 2 bytes
- 32 bits => palavra de 4 bytes

Quando é feita entre dispositivos, a transmissão de dados geralmente usa medições relacionadas a bits e não a bytes, também existindo os seguintes termos:

- 1 kilobit (Kb ou Kbit) = 1024 bits
- 1 megabit (Mb ou Mbit) = 1024 Kilobits
- 1 gigabit (Gb ou Gbit) = 1024 Megabits
- 1 terabit (Tb ou Tbit) = 1024 Gigabits

Em relação às transmissões, a medição mais comum é dada em bits por segundo (Kb/s, Mb/s)

- 1 Kb/s = 1 kilobit por segundo
- 1 Mb/s = 1 megabit por segundo
- 1 Gb/s = 1 gigabit por segundo

Também é comum o uso de Kbps, Mbps ou Gbps para expressar a quantidade de bits transferidos, com a terminação “ps” se referindo a “*per second* (por segundo)”. No entanto, “ps” é uma sigla para picossegundo, de acordo com o Sistema Internacional de Unidades, assim, o uso de “/s” é mais adequado para expressar bits transferidos por segundo.

Sistema Computacional²

Um sistema computacional consiste num conjunto de dispositivos eletrônicos (hardware) capazes de processar informações de acordo com um programa (software). O software mais importante é o sistema operacional, porque ele fornece as bases para a execução das aplicações, às quais o usuário deseja executar. Exemplos de sistemas operacionais são o Windows, o Macintosh e o Linux, dentre outros. Um dos mais utilizados por usuários domésticos é o Windows, produzido pela Microsoft.

Pode ser composto de rede de computadores, servidores e cluster, dependendo da situação e das necessidades.

Sistema computacional é aquele que automatiza ou apoia a realização de atividades humanas através do processamento de informações.

Um sistema baseado em computador é caracterizado por alguns elementos fundamentais.

- Hardware;
- Software;
- Informações;
- Usuários;
- Procedimentos ou Tarefas;
- Documentação.

Classificação dos Computadores

Quanto aos tipos de computadores podemos classifica-los em:

Grande Porte – Mainframes

Os mainframes são responsáveis por processar um volume gigantesco de informações, possuem grande poder de processamento, podendo oferecer serviços a milhares de usuários por rede ou terminais conectados diretamente. O nome remete ao gabinete principal que abrigava a unidade central de processamento dos primeiros computadores. São utilizados em ambientes comerciais e grandes empresas, como bancos, operadoras de energia e telefonia, empresas de aviação, etc.

Necessitam de ambiente especial, tanto pelo tamanho quanto pela necessidade de refrigeração especial.

Médio Porte – Minicomputador/Workstation/Servidor

Minicomputadores apresentam porte intermediário entre o mainframe e um microcomputador. Direcionados à empresas de médio porte, ainda são utilizados principalmente em servidores e workstations mas, com a evolução dos microcomputadores, estão perdendo espaço cada vez mais.

Workstation

Estação de trabalho (do inglês *Workstation*) são os computadores situados entre o computador pessoal e o computador de grande porte. Algumas destas máquinas eram vocacionadas para aplicações com requisitos gráficos acima da média, podendo então ser referidas como Estação gráfica ou Estação gráfica de trabalho (*Graphical Workstation*). Destinados principalmente a usos profissionais específicos, tais como arquitetura, desenho industrial, criação de filmes 3D, laboratórios de física etc.

Servidor

Consiste em um sistema de computação centralizado fornecedor de serviços a uma rede de computadores, serviços estes que podem ser de armazenamento de arquivos, de páginas de um determinado site, de envio e de recebimento de correio eletrônico, de controle de fila de impressão, de manipulações de informações em um banco de dados, etc.

Chamam-se *Clientes* os computadores que acessam este serviço e as redes que os utilizam são do tipo *Cliente-Servidor*.

Um servidor não precisa necessariamente ser um computador completo, pode se resumir a uma máquina que não seja necessariamente um computador, ou então a um software, etc.

Assim como em relação a computadores interligados em rede, a comunicação entre clientes e servidores é feita através de protocolos, ou seja, regras do modo como se dará a comunicação entre as partes.

Conceitualmente todos eles realizam funções internas idênticas, mas em escalas diferentes.

Pequeno Porte: Microcomputadores

Os microcomputadores de pequeno porte são destinados ao uso pessoal ou a pequenos grupos denominados de (*PC - Personal Computer ou computador pessoal*). Podemos dividi-lo em Desktops (computadores de mesa) ou portáteis, como notebooks ou laptops, tablets, smartphones, PDAs, etc. Estas máquinas utilizam os mais variados sistemas operacionais, em relação aos Desktops, os principais deles são o Microsoft Windows, as distribuições baseadas em Linux (Debian, Ubuntu, Fedora) e o MacOS X e em relação aos portáteis, os mais utilizados são o Google Android, o IOS e o MS Windows.

A arquitetura dos microcomputadores é baseada em processadores x86 (32 bits), X64 (64 bits) e Power PCs. No qual os mais utilizados serão abordados abaixo:

Desktops

Os microcomputadores mais utilizados ainda são os desktops, pois atendem a várias aplicações. São eles o PC – Personal Computer ou computador pessoal e o Macintosh, da Apple, em diversos modelos, com diferentes configurações.

Na maioria das vezes, é composto por: Gabinete, Monitor, Mouse, Teclado.

Todos os componentes são interligados por cabo ou ainda por transmissão via ondas de rádio (RF- Radiofrequência) e bluetooth, no caso dos periféricos sem fio, que possuem seus respectivos receptores normalmente no padrão USB.

All in one

São microcomputadores semelhantes a desktops, só que sem gabinete, com placas, processador, drives, portas de comunicação todos embutidos no monitor. Estruturalmente a disposição das peças se assemelha mais a um notebook, com tudo embutido em uma única estrutura, só que, ao contrário dos portáteis, teclado e mouse são conectados externamente.

Nettop

São desktops em miniatura, muito compactos, que executam tarefas mais simples, que não exigem muito processamento, como navegar na internet, executar mídias, etc. Possuem baixo consumo de energia e são mais baratos que um desktop convencional.

NUCS

Os NUCs da Intel são igualmente compactos, mas possuem processamento superior, semelhante aos mais avançados processadores de desktops, como os mais recentes da 5ª geração do processador Intel Core i5-5250U.

Computadores Portáteis

Computador portátil é todo aquele que é facilmente transportado, possuindo todo o conjunto de periféricos padrão necessários para seu funcionamento integrados ao equipamento e possui uma fonte de energia, como uma bateria que necessita periodicamente ser recarregada.

Sua principal vantagem perante os outros tipos de computadores é em relação à sua mobilidade, acompanhando o usuário em qualquer lugar.

As desvantagens em relação aos desktops são o custo elevado em relação a desempenhos inferiores e a pouca flexibilidade em relação ao hardware do equipamento, exceto pelos periféricos, onde não podemos fazer muitos “upgrades” (atualizações), como podemos fazer em um desktop, por exemplo uma placa gráfica de um notebook é embutida na placa mãe ou no processador (APU - Accelerated Processing Unit), não sendo possível alterá-la. Sendo assim, usuários de aplicações gráficas, tanto para manipulação de vídeos quanto jogos, para citar alguns exemplos, devem escolher notebooks já com placa gráfica dedicada. Apesar de limitado também em relação a seu monitor embutido, os portáteis em geral tem saídas para conexão em televisores e monitores diversos, podendo utilizar o mesmo como monitor principal, extensão do monitor, etc.

O recurso Wireless ou Wi-Fi, presente em praticamente todos os portáteis, torna simples o acesso à internet em diversos ambientes, como aeroportos, restaurantes, etc., além de interligar diversos dispositivos diferentes em um mesmo ambiente.

Um portátil deve ser pensado, principalmente, por pessoas que precisam de espaço ou mobilidade.

Notebook

O notebook, também denominado laptop ou computador portátil, é projetado para ser facilmente transportado para diferentes lugares. Geralmente, é composto por uma tela de cristal líquido

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Os componentes de um conjunto são chamados de elementos.

Para enumerar um conjunto usamos geralmente uma letra maiúscula.

Representações

Pode ser definido por:

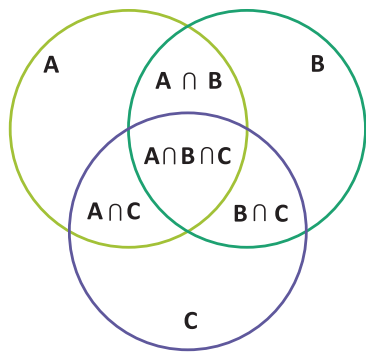
-Enumerando todos os elementos do conjunto: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

-Simbolicamente: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$, enumerando esses elementos

temos:

$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

– Diagrama de Venn



Há também um conjunto que não contém elemento e é representado da seguinte forma: $S = \emptyset$ ou $S = \{\}$.

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B

Ou A é parte de B

A está contido em B escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B: $A \not\subset B$

Símbolos

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

\nexists : não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

\mathbb{N} : conjunto dos números naturais

\mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros

\mathbb{Q} : conjunto dos números racionais

$\mathbb{Q}' = \mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

\mathbb{R} : conjunto dos números reais

Igualdade

Propriedades básicas da igualdade

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$, temos que:

(1) $A = A$.

(2) Se $A = B$, então $B = A$.

(3) Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.

(4) Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Se $A = B$ e $A \in C$, então $B \in C$.

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolo:

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa ordem:

$A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{2, 1, 3\}$

Não importa se há repetição:

$A = \{1, 2, 2, 3\}$ e $B = \{1, 2, 3\}$

Classificação

Definição

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, ao número de elementos que ele possui.

Exemplo

Por exemplo, se $A = \{45, 65, 85, 95\}$ então $\#A = 4$.

Definições

Dois conjuntos dizem-se equipotentes se têm o mesmo cardinal.

Um conjunto diz-se

a) infinito quando não é possível enumerar todos os seus elementos

b) finito quando é possível enumerar todos os seus elementos

c) singular quando é formado por um único elemento

d) vazio quando não tem elementos

=Exemplos

N é um conjunto infinito (O cardinal do conjunto N (#N) é infinito (∞));

A = {½, 1} é um conjunto finito (#A = 2);

B = {Lua} é um conjunto singular (#B = 1)

{ } ou \emptyset é o conjunto vazio (# \emptyset = 0)

Pertinência

O conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência representada pelo símbolo \in . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as maiúsculas, os conjuntos. Assim, o conjunto das vogais (V) é:

V={a,e,i,o,u}

A relação de pertinência é expressa por: $a \in V$

A relação de não-pertinência é expressa por: $b \notin V$, pois o elemento b não pertence ao conjunto V.

Inclusão

A Relação de inclusão possui 3 propriedades:

Propriedade reflexiva: $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.

Propriedade antissimétrica: se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A=B$

Propriedade transitiva: se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

Operações

União

Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem pelo menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por: $A \cup B$.

Formalmente temos: $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

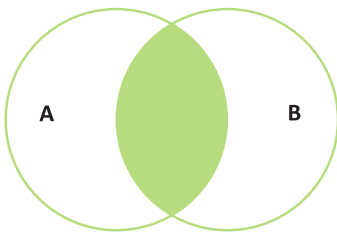
Exemplo:

A={1,2,3,4} e B={5,6}

$A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por: $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

A={a,b,c,d,e} e B={d,e,f,g}

$A \cap B = \{d,e\}$

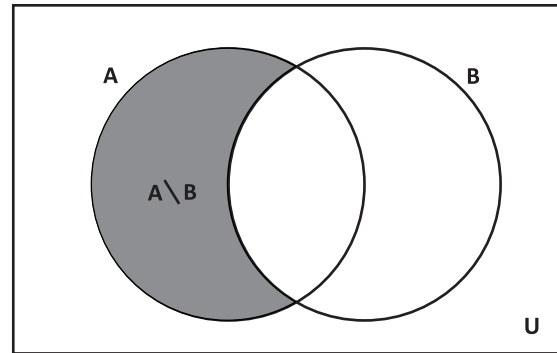
Diferença

Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por:

$A - B$ ou $A \setminus B$ que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A.

A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B.

$A \setminus B = \{x : x \in A \text{ e } x \notin B\}$.



Exemplo:

A = {0, 1, 2, 3, 4, 5} e B = {5, 6, 7}

Então os elementos de $A - B$ serão os elementos do conjunto A menos os elementos que pertencerem ao conjunto B.

Portanto $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

Complementar

Sejam A e B dois conjuntos tais que $A \subset B$. Chama-se complementar de A em relação a B, que indicamos por $C_B A$, o conjunto cujos elementos são todos aqueles que pertencem a B e não pertencem a A.

$A \subset B \Leftrightarrow C_B A = \{x | x \in B \text{ e } x \notin A\} = B - A$

Exemplo

A={1,2,3} B={1,2,3,4,5}

$C_B A = \{4,5\}$

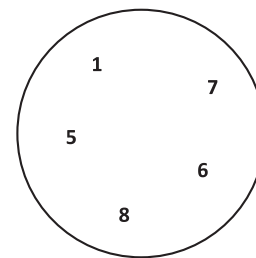
Representação

-Enumerando todos os elementos do conjunto: $S = \{1, 2, 3, 4, 5\}$

-Simbolicamente: $B = \{x \in \mathbb{N} | 2 < x < 8\}$, enumerando esses elementos temos:

$B = \{3,4,5,6,7\}$

- por meio de diagrama:



Quando um conjunto não possui elementos chama-se de conjunto vazio: $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

Igualdade

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolo:

$$A = B \text{ se, e somente se, } \forall x(x \in A \leftrightarrow x \in B)$$

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa ordem:

$$A = \{1, 2, 3\} \text{ e } B = \{2, 1, 3\}$$

Não importa se há repetição:

$$A = \{1, 2, 2, 3\} \text{ e } B = \{1, 2, 3\}$$

Relação de Pertinência

Relacionam um elemento com conjunto. E a indicação que o elemento pertence (\in) ou não pertence (\notin)

Exemplo: Dado o conjunto $A = \{-3, 0, 1, 5\}$

$$0 \in A$$

$$2 \notin A$$

Relações de Inclusão

Relacionam um conjunto com outro conjunto.

Simbologia: \subset (está contido), $\not\subset$ (não está contido), \supset (contém),

$\not\supset$ (não contém)

A Relação de inclusão possui 3 propriedades:

Exemplo:

$$\{1, 3, 5\} \subset \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$$

$$\{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \supset \{1, 3, 5\}$$

Aqui vale a famosa regrinha que o professor ensina, boca aberta para o maior conjunto.

Subconjunto

O conjunto A é subconjunto de B se todo elemento de A é também elemento de B.

Exemplo: $\{2, 4\}$ é subconjunto de $\{x \in \mathbb{N} \mid x \text{ é par}\}$

Operações

União

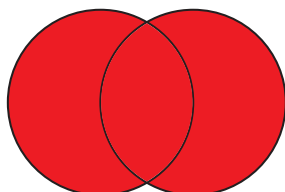
Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem **pele menos** um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por: $A \cup B$.

Formalmente temos: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

$$A = \{1, 2, 3, 4\} \text{ e } B = \{5, 6\}$$

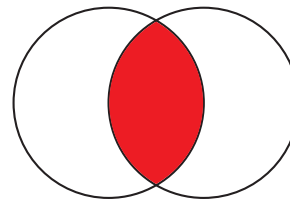
$$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$



Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por: $A \cap B$.

Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$$A = \{a, b, c, d, e\} \text{ e } B = \{d, e, f, g\}$$

$$A \cap B = \{d, e\}$$

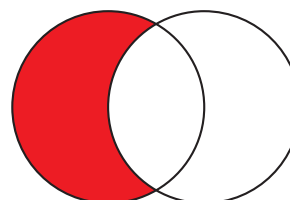
Diferença

Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por:

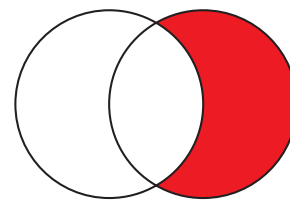
$A - B$ ou $A \setminus B$ que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A.

A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B.

$$A \setminus B = \{x : x \in A \text{ e } x \notin B\}$$



$$B - A = \{x : x \in B \text{ e } x \notin A\}$$



Exemplo:

$$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \text{ e } B = \{5, 6, 7\}$$

Então os elementos de $A - B$ serão os elementos do conjunto A menos os elementos que pertencerem ao conjunto B.

$$\text{Portanto } A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$$

HISTÓRIA DE MATO GROSSO

PERÍODO COLONIAL.OS BANDEIRANTES: ESCRAVIDÃO INDÍGENA E EXPLORAÇÃO DO OURO

Os Bandeirantes¹

Expansão Territorial: Bandeiras e Bandeirantes

As **bandeiras**, tradicionalmente definidas como expedições particulares, em oposição às **entradas**, de caráter oficial, contribuíram decisivamente para a expansão territorial do Brasil Colônia. A pobreza de São Paulo, decorrente do fracasso da lavoura canieira no século XVI, a possibilidade da existência de metais preciosos no interior e, particularmente, a necessidade de mão-de-obra para o açúcar nordestino, durante a União Ibérica, levaram os paulistas a organizar a caça ao índio, o bandeirismo de contrato e a pesquisa mineral.

Caça ao Índio

Inicialmente a caça ao índio (**Preação**) foi uma forma de suprir a carência de mão-de-obra para a prestação de serviços domésticos aos próprios paulistas. Logo, porém, transformou-se em atividade lucrativa, destinada a complementar as necessidades de braços escravos, bem como para a triticultura paulista. Na primeira metade do século XVII, os vicentinos realizaram incursões, principalmente contra as reduções jesuíticas espanholas, resultando na destruição de várias missões, como as do Guairá, Itatim e Tape, por Antônio Raposo Tavares. Nesse período, os holandeses, que haviam ocupado uma parte do Nordeste açucareiro, também conquistaram feitorias de escravos negros na África, aumentando a escassez de escravos africanos no Brasil.

Bandeirismo de Contrato

A ação de bandeirantes paulistas contratados pelo governador-geral ou por senhores de engenho do Nordeste, com o objetivo de combater índios inimigos e destruir quilombos, corresponde a uma fase do bandeirismo na segunda metade do século XVII. O principal acontecimento desse ciclo de bandeiras foi a destruição de um conjunto de quilombos situados no Nordeste açucareiro, conhecido genericamente como Palmares.

A atuação do bandeirismo foi de fundamental importância para a ampliação do território português na América. Num espaço muito curto, os bandeirantes devassaram o interior da colônia, explorando suas riquezas e arrebatando grandes áreas do domínio espanhol, como é o caso das missões do Sul e Sudeste do Brasil. Antônio Raposo Tavares, depois de destruí-las, foi até os limites com a Bolívia e Peru, atingindo a foz do rio Amazonas, completando, assim, o famoso **périplo brasileiro**. Por outro lado, os bandeirantes agiram

de forma violenta na caça de indígenas e de escravos foragidos, contribuindo para a manutenção do sistema escravocrata que vigorava no Brasil Colônia.

Mato Grosso

As primeiras excursões feitas no território do mato grosso datam de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Posteriormente portugueses e espanhóis são atraídos à região graças aos rumores de que havia muita riqueza naquelas terras ainda não exploradas devidamente. Também vieram jesuítas espanhóis que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai.

Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar.

As conquistas dos bandeirantes, na região do Mato Grosso, foram reconhecidas pelo Tratado de Madrid, em 1750. No ano seguinte, o então capitão-general do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, fundou, à margem do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade. Entre 1761 e 1766, ocorreram disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, depois daquele período as missões espanholas e os espanhóis se retiraram daquela região, mas o Mato Grosso somente passou a ser definitivamente território brasileiro depois que os conflitos por fronteira com os espanhóis deixaram de acontecer, em 1802.

Ciclo do Ouro

Quando foi divulgada a notícia da descoberta de jazidas auríferas, muitas pessoas dirigiram-se para as regiões do ouro, em especial para o atual território do estado de Minas Gerais. Praticamente todas as pessoas que se dirigiram para a região o fizeram na intenção de dedicar-se exclusivamente na exploração do metal, deixando de lado até mesmo atividades essenciais para a sobrevivência, como a produção de alimentos, o que gerou uma profunda escassez de mercadorias nas Minas Gerais. Era comum entre os anos de 1700 e 1730 a ocorrência de crises de fome na região caso o acesso a outras regiões das quais os produtos básicos eram adquiridos fossem interrompidas. A situação começa a mudar com a expansão de novas atividades, e com a melhoria das vias de comunicação.

Exploração do Ouro no Mato Grosso

Com a exploração do interior do Brasil, promovida principalmente pela coroa portuguesa e por alguns senhores de engenho, no início do século XVIII, algumas bandeiras paulistas (como eram

¹ <https://bit.ly/2ngHlwH>

chamadas as expedições) alcançaram a região do Coxipó, em busca de índios para preação. Em meio aos conflitos com os indígenas, as “Minas de Cuyabá” foram encontradas, atraindo um imenso contingente populacional que rumava para região em busca do ouro.

O metal foi de extrema importância para o desenvolvimento da região. Com o grande fluxo migratório em busca de riquezas, houve a elevação a Arraial de Cuiabá em 1719 e Villa de Cuiabá em 1727. Com a atenção voltada para o ouro, a produção de gêneros alimentícios era modesta, causando rapidamente a escassez de alimentos. A falta de segurança e o posterior esgotamento das jazidas contribuíram para a decadência da região, acentuada ainda mais com a notícia da descoberta de novas jazidas na região do Guaporé.

A FUNDAÇÃO DE CUIABÁ: TENSÕES POLÍTICAS ENTRE OS FUNDADORES E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Povoamento²

Com a exploração do interior do Brasil, promovida principalmente pela coroa portuguesa e por alguns senhores de engenho, no início do século XVIII, algumas bandeiras paulistas (como eram chamadas as expedições) alcançaram a região do Coxipó, em busca de índios para preação. Em meio aos conflitos com os indígenas, as “Minas de Cuyabá” foram encontradas, atraindo um imenso contingente populacional que rumava para região em busca do ouro.

O metal foi de extrema importância para o desenvolvimento da região. Com o grande fluxo migratório em busca de riquezas, houve a elevação a Arraial de Cuiabá em 1719 e Villa de Cuiabá em 1727. Com a atenção voltada para o ouro, a produção de gêneros alimentícios era modesta, causando rapidamente a escassez de alimentos. A falta de segurança e o posterior esgotamento das jazidas contribuíram para a decadência da região, acentuada ainda mais com a notícia da descoberta de novas jazidas na região do Guaporé.

Fundação de Cuiabá³

A cidade de Cuiabá foi fundada oficialmente no dia 08 de Abril de 1719. A história registra que os primeiros indícios de Bandeirantes paulistas na região, onde hoje fica a cidade, datam de 1673 e 1682, quando da passagem do bandeirante Manoel de Campos Bicudo pela região. Ele fundou o primeiro povoado da região, no ponto onde o rio Coxipó deságua no rio Cuiabá, localidade batizada de São Gonçalo.

Em 1718, chega ao local, já abandonado, a bandeira do paulista de Sorocaba, Pascoal Moreira Cabral, que depois de uma batalha perdida para os índios coxiponés, viu-se compensado pela descoberta de ouro, passando a se dedicar ao garimpo.

Em 08 de Abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral assina a ata da fundação de Cuiabá, no local conhecido como Forquilha, às margens do rio Coxipó. Foi a forma encontrada para garantir os direitos pela descoberta à Capitania de São Paulo. Em 1726, chega à região o capitão-general governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, como representante do Reino de Portugal. No dia 1º de janeiro de 1727, Cuiabá é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a Capitania de Cuiabá, concedendo a coroa portuguesa isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. Foram feitas

² <http://www.portalmatogrosso.com.br/historia/o-povoamento/626>

³ <http://www.mtnacopa.mt.gov.br/imprime.php?sid=287&cid=76790>

diversas expedições financiadas por Portugal. Essas expedições partiam de qualquer lugar do Brasil e não ultrapassavam o Tratado de Tordesilhas. Mais tarde, as chamadas bandeiras foram financiadas pelos paulistas. Somente eles foram ao oeste, ultrapassando a linha de Tordesilhas.

A FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a Capitania de Mato Grosso⁴

Primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada em 19 de março de 1752, pelo capitão dom Antonio Rolim de Moura, que chegou à região com ordens régias para instituir o governo da Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo.

Vila Bela foi escolhida especialmente para a instalação da primeira capital mato-grossense, com projeto elaborado em Portugal. Pode ser considerada uma das primeiras cidades planejadas do país. Até projeto para implantação da primeira Faculdade de Medicina na capital de Vila Bela, nesse período colonial, foi determinado pela coroa portuguesa, o que não foi concretizado.

D. Rolim de Moura, primo do rei de Portugal, d. João V, recebeu a recomendação para “ter vigilância e evitar desavenças com os vizinhos espanhóis”. O parentesco entre as famílias dos reis de Portugal e Espanha, associado à habilidade e diplomacia de Rolim de Moura, evitou confrontos com castelhanos e jesuítas, ao mesmo tempo em que fixou colonos na margem esquerda do Guaporé, fundou aldeias jesuítas, expandindo mais ainda a fronteira portuguesa ocidental.

Com a colonização portuguesa ultrapassando a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (1494), todas as questões de fronteiras foram resolvidas por tratados entre Portugal e Espanha: o de Madri (1750), o marco de Jauru (1754), o de El Pardo (1761), de Ildefonso (1777), entre outros.

O nome “Mato Grosso” surgiu em 1735, com a descoberta de minas de ouro na Chapada dos Parecis, área de mata fechada entre os rios Jauru e Guaporé. Essas expansões deram origem ao Tratado de Madri (1750) com o famoso acordo “Uti Possidetis”, ou seja, posse do território onde estivesse efetivamente ocupando. A Coroa Portuguesa decidiu garantir a posse do novo território, criando a capitania de Mato Grosso.

Capital de Mato Grosso de 1752 a 1820, Vila Bela da Santíssima Trindade teve grande destaque político e econômico, garantindo a expansão e preservação do território fronteiriço. A partir de 1820, dividiu com Cuiabá a administração provincial. Foi o ano da descentralização política e Vila Bela passou a denominar-se cidade de Mato Grosso.

Em 1835, a capital de Mato Grosso passa a ter sede em Cuiabá. A cidade de Mato Grosso recuperou o nome definitivo de Vila Bela da Santíssima Trindade pela Lei Estadual nº 4.014, de 29 de novembro de 1978.

As divisões e emancipações de distritos dos municípios de Vila Bela e Cáceres, no final do século XX, deram origem aos 22 novos municípios dessa região sudoeste mato-grossense, que fazem parte da faixa fronteiriça de 500 km com a Bolívia.

⁴ <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=408725>

**A ESCRAVIDÃO NEGRA EM MATO GROSSO. OS QUILOM-
BOS EM MATO GROSSO**

Escravidão Negra e os Quilombos no Mato Grosso⁵

Como marco oficial, a História de Mato Grosso iniciou-se, em 1719, nas margens do rio Coxipó-Mirim, com a descoberta de ouro pelos homens que acompanhavam o bandeirante Pascoal Moreira Cabral.

Com o sucesso da mineração e a necessidade de garantir para Portugal, a posse de terras além Tratado de Tordesilhas, foi criado em 1748 a Capitania de Mato Grosso, sendo a primeira capital Vila Bela da Santíssima Trindade, na extremidade oeste do território colonial.

Para trabalhar na mineração, chegaram, no século XVIII, em Mato Grosso, os primeiros escravos de origem africana. Como resistência à escravidão, as fugas foram constantes, sendo individuais ou coletivas, formando diversos quilombos. Por ocasião da presença da capital Vila Bela da Santíssima Trindade a região do vale do rio Guaporé foi onde houve maior concentração dessas aldeias de escravos fugitivos.

O quilombo do Piolho ou Quariterê, no final do século XVIII, localizado próximo ao rio Piolho, ou Quariterê, reuniu negros nascidos na África e no Brasil, índios e mestiços de negros e índios (cafuzos). José Piolho, provavelmente foi o primeiro chefe do quilombo. Depois, assumiu o poder sua esposa, Teresa.

Fugidos da exploração branca, os habitantes do quilombo conviviam comunitariamente em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana. Os homens caçavam, lenhavam, cuidavam dos animais e conseguiam mel na mata; as mulheres preparavam os alimentos e fabricavam panelas com barro, artesanato e roupas.

As dificuldades de abastecimento, principalmente de escravos, com que constantemente conviviam os habitantes da região guaporeana, levou-os a organizar uma bandeira para atacar os escravos fugitivos.

O poder público, através da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, e os proprietários de escravos patrocinaram a bandeira para destruir o quilombo e recapturar seus moradores.

A bandeira contendo cerca de trinta homens e comandada por João Leme de Prado, percorreu um mês de Vila Bela até o quilombo, e, de surpresa, atacou-o, prendendo quase a totalidade dos moradores. Alguns morreram no combate que se travou, outros fugiram.

Os escravos que sobreviveram foram capturados e levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público, a mando do capitão-general de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e após o ato de reconhecimento, os escravos foram submetidos a outros momentos de castigos, com surras, tendo parte de suas orelhas cortadas e tatuados o rosto com a letra “F” â€” de Fugitivo feita com ferro em brasa.

O objetivo da repressão era intimidar novas fugas, porém, a vontade, o desejo e a luta pela liberdade era maior que essa humilhação. Tal conquista esteve presente por um bom tempo e em 1791 â€” duas décadas após a primeira uma segunda bandeira foi organizada para recapturar negros fugitivos e, finalmente, acabar com o quilombo do Quariterê.

Comandada pelo alferes de dragão, Francisco Pedro de Melo, a bandeira de 1791 continha 45 homens que destruíram as edificações e plantações do quilombo, recapturando sua população e devolvendo aos seus donos, em Vila Bela. Porém, percebendo a ineficiência dos castigos físicos, os escravos não mais foram torturados publicamente.

Outros quilombos na região também foram destruídos, inclusive ao comando do mesmo alferes, Francisco de Melo, que assolou os quilombos de “João Félix” e o do “Mutuca”.

No local do quilombo do Piolho, após sua destruição a mando do capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi organizada uma aldeia â€” a Aldeia da Carlota â€” que visava o interesse português em garantir a posse da terra num local tão isolado. Os moradores da aldeia contavam com o apoio do governador.

Outros quilombos também foram organizados em terras mato-grossenses durante os séculos XVIII e XIX, podendo ser registrados aqui, apenas para exemplificar, os quilombos “Mutuca” e “Pindaituba”, situados na Chapada dos Guimarães, os “Sepoutuba” e “Rio Manso”, próximos a Vila Maria (atual Cáceres).

A historiadora Elizabeth Madureira refere-se à organização de 11 quilombos em Mato Grosso, porém registra o pouco que ainda foi percorrido e pesquisado sobre o assunto.

PERÍODO IMPERIAL. A CRISE DA MINERAÇÃO E AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DA PROVÍNCIA

Período Imperial

Em 1824, quando entrou em vigor a Constituição Imperial do Brasil, as capitanias tornaram-se províncias. Mato Grosso foi regido por governo provisório constitucional até o ano seguinte, quando José Saturnino da Costa Pereira assumiu o governo. Nesse período ocorreu uma expedição russa, chefiada pelo Barão de Langsdorff, que realizou o primeiros registro de fatos e imagens da época. No mesmo ano Costa Pereira, através de negociações, ainda paralisou o avanço de 600 soldados chiquiteanos que iam para a região do Rio Guaporé.

O governante também foi responsável pelo Arsenal da Marinha no porto de Cuiabá e o Jardim Botânico da cidade.

No governo do tenente coronel João Poupino Caldas, em 1834, a província enfrenta a Rusga, uma revolta de nativos que invadiram casas e comércios portugueses.

Crise da Mineração e as Alternativas Econômica da Província

No século XVIII, o advento da mineração no Brasil possibilitou o desenvolvimento de centros urbanos, a articulação do mercado interno e a própria recuperação econômica portuguesa. Sendo um recurso não renovável, a riqueza conseguida com a extração do ouro começou a se escassear no fim desse mesmo século. Para entender tal fenômeno, é preciso buscar os vários fatores que explicam a curta duração que a atividade mineradora teve em terras brasileiras.

Primeiramente, devemos salientar que o ouro encontrado nas regiões mineradoras era, geralmente, de aluvião, ou seja, depositado ao longo de séculos nas margens e leitos dos rios. O ouro de aluvião era obtido através de fragmentos que se desprendiam de rochas matrizes. Entre os séculos XVII e XVIII era inexistente qual-

⁵ <https://bit.ly/2MbGSIU>

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

MATO GROSSO E A REGIÃO CENTRO-OESTE

Mato Grosso e a Região Centro-Oeste¹

A estruturação do território de Mato Grosso e da região Centro-Oeste foi resultado de um amplo processo de integração regional, entendido como a inserção dessas regiões no contexto econômico nacional. Foram os ciclos econômicos de ocupação do território nacional que justificaram o povoamento (por populações não-índias) destas regiões.

Essa integração regional significou a ampliação da área de influência do centro hegemônico de poder no Brasil (eixo São Paulo-Rio).

A modernização da atividade agropecuária preexistente na região foi a forma encontrada para viabilizar o processo de produção/reprodução do capital do eixo Rio-São Paulo. Esse processo de modernização foi custeado pelo Estado brasileiro, que instalou a infraestrutura necessária para tal fim, disponibilizou política creditícia e incorporou novos espaços do território ao processo produtivo.

O processo de modernização foi efetuado para atender os interesses do centro hegemônico do poder econômico, em detrimento dos interesses das populações locais já estabelecidas na área. A estruturação do território poderia ocorrer naturalmente, sem a intervenção do Estado.

Do ponto de vista social, a atuação estatal foi desastrosa, uma vez que foi responsável pelos processos de concentração fundiária e de produção, que por sua vez desencadearam os conflitos pela posse da terra por parte dos expropriados.

A tendência para a região é a continuidade de expansão da fronteira agrícola² com monoculturas de exportação.

Programas de desenvolvimento, como o Prodeagro, que visam a gestão territorial e ambiental, devem começar em uma determinada região do Estado, de forma a permitir que a experiência adquirida possa ser, gradualmente, aplicada às demais regiões. Os futuros programas de gestão territorial e ambiental a serem implementados devem ter mecanismos capazes de assimilar as demandas coletivas e monitorar os impactos de suas ações. Que, ao lado disso, estimulem a descentralização, o fortalecimento das localidades em que atuam e a sustentação das instituições. Este conjunto, bem articulado, será capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Vamos compreender como ocorreu esse processo de desenvolvimento do Mato Grosso, conhecendo primeiramente o contexto da região Centro-Oeste do Brasil.

Desenvolvimento Socioeconômico no Contexto da Região Centro-Oeste

A Estrutura do Espaço Regional

O território mato-grossense é resultado de um conjunto de espaços geográficos moldados ao longo do processo de formação econômico-social do país, posto em prática de forma efetiva a partir do século XVIII.

Isso significa dizer que a estrutura regional do Centro-Oeste relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade, sendo regida pela dinâmica capitalista. Essa dinâmica pode ser entendida como a crescente integração das regiões brasileiras a partir da homogeneização da economia nacional.

Assim, a estrutura espacial é resultante de um processo temporal onde o território é continuamente estruturado e reestruturado. Essa dinâmica expressa-se pela articulação interregional entre os Estados brasileiros, através de fluxos de diversas ordens: bens e serviços, capitais, investimentos e força de trabalho. Esses fluxos determinaram os processos que moldaram a região Centro-Oeste.

Embora não tenha sido a única responsável pela construção do espaço regional, a mineração de ouro foi o fator inicial de apropriação da terra e construção do espaço regional, sendo responsável pelo assentamento das primeiras populações não-índigenas na região.

¹ [http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produto/pdf/Apostila_Geografia_2015_Degustacao\(1\).pdf](http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produto/pdf/Apostila_Geografia_2015_Degustacao(1).pdf)

² Fronteira agrícola: Linha que demarca a área explorada agricolamente

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo foi caracterizado por forte intervenção do Estado através de vários instrumentos, que tinham por objetivo a valorização do capital e a inserção econômica do país no contexto mundial.



A intervenção estatal imprimiu, na região Centro-Oeste, profundas transformações estruturais:
 Implantação de programas de desenvolvimento (década de 1970);
 Divisão territorial do Estado de Mato Grosso (1977);
 Divisão territorial de Goiás, com a criação do Estado de Tocantins (1981).

Pode-se constatar, então, que as estratégias de intervenção do Estado Nacional foram variadas. Consequentemente, os impactos na estrutura regional também foram diferenciados.

Assim, em busca da homogeneização econômica nacional, expressa pela integração das regiões brasileiras, ocorreram transformações que afetaram as relações de produção e modificaram o inter-relacionamento dos núcleos urbanos com as áreas produtivas rurais.

Como resultado, evidencia-se na região Centro-Oeste:

1. Espaços estruturados pela iniciativa privada sem a intervenção direta de políticas governamentais;
2. Espaços reestruturados por políticas governamentais.



Espaços Estruturados Sem a Intervenção Direta de Políticas Governamentais

O processo de produção do espaço da região foi descontínuo, nucleado e desarticulado. Assim, para explicar a estruturação desses espaços, deve-se buscar na história as razões que desencadearam a ocupação desse território. Nessa perspectiva, observa-se que, em Mato Grosso, se identificam, conforme mostra acima, as seguintes fases de ocupação:

- Mineração e fortificações – século XVIII;
- Pecuária extensiva – século XIX, até o final da Guerra do Paraguai, em 1870;
- Internacionalização da navegação do rio Paraguai e diversificação da produção econômica – após 1870;
- Processo inicial de integração econômica regional e modernização de algumas áreas produtivas – décadas de 1940, 1950 e 1960.

A primeira fase de ocupação da região deu-se em decorrência da expansão do bandeirantismo paulista durante o domínio da Coroa Portuguesa, nos séculos XVII e XVIII. Da mineração, surgiram cidades como Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), em Mato Grosso, e as cidades de Goiás (1725) e Pirenópolis (1727), em Goiás. A necessidade de abastecimento desses núcleos incentivou a agricultura de subsistência nos vales próximos às atividades mineradoras.

Posteriormente, buscando consolidar a posse do território no interior do Brasil, a metrópole portuguesa ergueu fortificações militares na fronteira com a Colônia espanhola. Dessa forma, surgiram núcleos urbanos militares às margens dos rios Guaporé e Paraguai.

Com a decadência da mineração, foi desacelerada a ocupação da região. Tal fato pode ser apontado como responsável pelo longo período de estagnação econômica de Mato Grosso e Goiás, entre fins do século XVIII e início do século XX.

A segunda fase de ocupação da região Centro-Oeste insere-se no contexto histórico do século XIX, até a Guerra do Paraguai (1864/1870). Nesse período, a ocupação do oeste deu-se através da criação extensiva de gado de forma dispersa, acompanhando os vales à procura de campos nativos para serem utilizados como pastagens.

Uma terceira fase remonta ao período após a Guerra do Paraguai, com a internacionalização da navegação do rio Paraguai. Tal fato desencadeou transformações no espaço regional, em decorrência do crescimento econômico que se deu pela instalação de charqueadas no Pantanal, pela extração de erva-mate, poaia e borraça e pela indústria açucareira na Depressão Cuiabana.

Os períodos subsequentes no processo de ocupação da região Centro-Oeste referem-se à integração econômica das várias localidades espalhadas pelo seu território ao contexto regional/nacional, através da abertura de novas vias de escoamento da produção, como rodovias, ferrovias e estradas vicinais, ao lado da diversificação de atividades econômicas, consolidação das atividades preexistentes e modernização das atividades produtivas.

Assim, entre as medidas que ocorreram nas primeiras décadas do século XX que contribuíram para a estruturação do espaço regional, destacam-se: instalação de empresas do eixo São Paulo-Santos no interior de Mato Grosso; melhoria do rebanho pantaneiro; projetos de colonização; e estímulo à imigração.

O conjunto dos fatores descritos evidencia que a região Centro-Oeste apresentou, na primeira metade do século XX, um processo próprio de estruturação territorial, desvinculado, em grande parte,

das políticas de desenvolvimento do governo federal. As atividades econômicas implantadas e consolidadas foram apoiadas em diversas articulações, inclusive com o capital externo.

Espaços Reestruturados por Políticas Governamentais a Partir da Década de 1970

A década de 1970 marcou uma fase significativa no processo de desenvolvimento do país. As indústrias, que elevaram o país ao grupo dos países em desenvolvimento, já estavam concentradas no Sudeste brasileiro. O governo federal considerou que era necessário levar os seus planos de desenvolvimento para as demais regiões brasileiras.

A disseminação desse processo foi empreendida sob o argumento de necessidade de integração nacional, embasada pela doutrina de segurança nacional. Para difundir o modelo econômico pretendido, era preciso integrar as regiões que estavam “desconectadas” do centro hegemônico de poder econômico (eixo Rio-São Paulo).

Na realidade, essa pregação integracionista visava camuflar os interesses existentes naqueles centros, que demandavam um aumento da sua área de influência pela conquista de novos mercados. Daí a necessidade de integração, que se estabeleceu com a incorporação de áreas do Centro-Oeste no amplo processo de modernização das bases produtivas brasileiras.

Desse modo, o governo federal redefiniu uma “nova função” para a região Centro-Oeste no contexto do desenvolvimento capitalista nacional, com a estratégia econômica de estabelecer a agropecuária em moldes empresariais. Até aquele momento, a atividade agropecuária era extensiva, considerada de baixa produtividade. Para mudar esse quadro, seria necessário transformar toda a estrutura produtiva do setor.

Tal intenção concretizou-se. O governo federal, então, não só planejou detalhadamente sua atuação, como também a divulgou em documentos denominados “Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs”. Esses planos explicitam todas as transformações que se pretendiam alcançar.

Como principal agente na reestruturação do espaço no Centro-Oeste, o poder público foi o incentivador e avalista da expansão espacial do processo capitalista na região. Para isso:

Destinou recursos do setor público para viabilizar a implantação de infraestrutura de transporte, energia e armazenagem;

Expandiu o processo de ocupação, anexando novas áreas ao processo produtivo através de incentivos fiscais e financeiros – o que atraiu grandes empresas;

Disponibilizou política creditícia àqueles considerados aptos a inserir a região no cenário econômico nacional.

Os Espaços, Antes da Ação Política do Estado Nacional

Ao final da década de 1960, a região Centro-Oeste e, por extensão, Mato Grosso, apresentavam dois tipos de estrutura espacial já consolidada.

O primeiro tipo refere-se às áreas de povoamento estabilizado e espaços estruturados pela pecuária modernizada.

Nessas áreas, os proprietários de terras (pecuaristas) foram beneficiados duplamente: pela infraestrutura implantada na região e pela sua consequente valorização. Assim, tiveram a chance de acumular capital por outras vias que não a comercialização de sua produção. Quando a terra, valorizada pela infraestrutura colocada

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA

Etimologicamente, a palavra “filosofia” é formada pelas palavras gregas *philos* e *sophia*, que significam “amor à sabedoria”.

Filósofo é o amante da sabedoria. Porém, este significado, dura na história pouco tempo. Em Heródoto, em Tucídides, talvez nos pré-socráticos, uma ou outra vez, durante pouco tempo, tem este significado primitivo de amor à sabedoria. Imediatamente, passa a ter outro significado: significa a própria sabedoria. Assim, já nos primeiros tempos da autêntica cultura grega, filosofia significa, não o simples afã ou o simples amor à sabedoria, mas a própria sabedoria.

O verbo filosofar pode ser usado com significados distintos:

a) mero sinônimo de pensar, significado bastante amplo para os fins deste estudo;

b) sinônimo de saber viver conforme a virtude, isto é, filosofar é viver com sabedoria, ideia que se aproxima mais do que será focado;

c) filosofia propriamente dita, originária com mais força na Grécia em torno dos séculos VI a V a.C., quando se começou a repensar a natureza, o ser humano e as divindades sob uma perspectiva crítica.

A profundidade das discussões filosóficas fica bem compreendida no início da obra *O Mundo de Sofia*, de Jostein Gaarder:

“O melhor meio de se aproximar da filosofia é fazer perguntas filosóficas: como o mundo foi criado? Será que existe sentido por detrás do que ocorre? Há vida depois da morte? Como podemos responder a estas perguntas? E, principalmente: como devemos viver? Essas perguntas têm sido feitas pelas pessoas de todas as épocas. Não conhecemos nenhuma cultura que não tenha perguntado quem é o ser humano e de onde veio o mundo.

Basicamente, não há muitas perguntas filosóficas para se fazer.

Já fizemos algumas das mais importantes. Mas a história nos mostra diferentes respostas para cada uma dessas perguntas que estamos fazendo. É mais fácil, portanto, fazer perguntas filosóficas do que respondê-las. Da mesma forma, hoje em dia cada um de nós deve encontrar a sua resposta para estas perguntas.

[...] Mesmo que seja difícil responder a uma pergunta, isto não significa que ela não tenha uma e só uma resposta certa”.

O saber filosófico é apenas uma entre as muitas espécies de saberes, que não merecem ser desmerecidos. Quer dizer, o ser humano pode obter diversas espécies de conhecimento, destacando-se:

a) conhecimento empírico ou sensorial, que se dá pelos sentidos, pela percepção física dos objetos materiais;

b) conhecimento lógico ou intelectual, que se obtém pelo raciocínio, no sentido de que a combinação dos dados permite analisar, comparar, articular e unir, gerando conceitos, definições e leis indispensáveis ao entendimento da realidade (predominantemente, é este o tipo de conhecimento buscado pelos filósofos, embora alguns tenham se valido do conhecimento empírico);

c) conhecimento de fé, que se dá pela crença. Descartes e filósofos como Galileu Galilei colocaram em dúvida as verdades absolutas de cada uma destas espécies de conhecimento

A partir daí passou a ser necessário testar a verdade dos conhecimentos, o que somente seria possível pela correção do raciocínio. Neste sentido, é correto o raciocínio que expressa um juízo positivo ou negativo racionalmente válido.

Por sua vez, o raciocínio pode ser:

a) indutivo, que parte de casos particulares para concluir uma verdade geral ou universal (ex: ferro, ouro, cobre e prata conduzem eletricidade, logo, metais conduzem eletricidade), muito utilizado nas ciências experimentais;

b) dedutivo, que parte de uma lei universal considerada válida para um certo conjunto aplicando-a a casos particulares desse conjunto (ex: todo homem é mortal, Sócrates é homem, Sócrates é mortal).

A verdade da conclusão do raciocínio baseia-se na verdade contida nas proposições e nas premissas: se elas forem falsas (denominadas falácias), a conclusão será falsa.

Estabelecidas estas premissas, parte-se para um estudo histórico-filosófico apto a nos fazer compreender algumas das premissas da filosofia:

“Durante um longo período da história grega, a mitologia constituiu a fonte exclusiva de explicação para a existência do homem e da organização do mundo. As interpretações imaginárias criadas por ela foram adquirindo autoridade pelo fato de serem antigas. As divindades constituíam as personagens que, pelas divergências, intrigas, amizades e desejos de justiça, explicavam tanto a natureza humana como os resultados das guerras e os valores culturais. Nesse sentido, a linguagem do mito esconde interesses de classes e pode ser manipulada por aqueles que detêm o poder. Ela impõe comportamentos morais à comunidade e uma hierarquia de punições para aqueles que não o seguem”. Quando o mito se tornou insuficiente para explicar os fenômenos sociais, surge a necessidade de novos conceitos culturais, os quais devem ser baseados na razão. Assim, a filosofia vem para permitir o uso da razão para que se compreendesse a verdade universal, questionando-se os paradigmas postos e quebrando a insegurança e o temor que era inculcado na humanidade pelos mitos.

Justamente pela força que o aspecto mítico tinha na vida em sociedade que nas premissas da filosofia se voltou atenção aos fenômenos naturais. Pelo mito, cada fenômeno natural era a manifestação da ira divina ou de sua satisfação. A filosofia despe-se de tais interpretações culturais e manifesta-se com autonomia e por suas próprias leis, deixando a natureza falar por si mesma.

Assim, os primeiros filósofos que surgiram podem ser chamados de filósofos da natureza, os quais acreditavam que por trás de toda transformação da natureza estaria uma substância básica, pensamento este defendido na tentativa de compreender a natureza sem a necessidade dos mitos.

Os primeiros filósofos da natureza são conhecidos como filósofos de Mileto, uma colônia grega na Ásia Menor. Tales considerava que a água era a origem das coisas; Anaximandro acreditava que o mundo era apenas um dos muitos mundos que surgem de alguma coisa e se dissolvem de alguma coisa chamada infinito (não era uma substância determinada); Anaxímenes tinha a crença de que o ar ou o sopro de ar era a substância básica de todas.

Após, Parmênides defendeu que tudo sempre existiu, que nada pode surgir do nada e que nada poderia ser diferente do que é (rejeitava a transformação). Na mesma época, Heráclito confiava que tudo está em movimento e nada dura para sempre (não se pode entrar duas vezes no mesmo rio). Logo, pensavam de maneira oposta, pois o primeiro não confiava nos sentidos, o segundo sim; o primeiro não acreditava na transformação, o segundo sim. Para resolver o impasse, Empédocles propôs que não se podia defender que há um único elemento primordial que origina as coisas da natureza, defendendo que nela se faziam presentes quatro elementos básicos (terra, ar, fogo e água).

Também buscando solucionar os impasses desta discussão, Anaxágoras defendeu a presença de uma infinidade de partículas minúsculas na natureza. Os últimos dois filósofos acreditavam também em elementos de ligação entre os elementos naturais, que seriam sentimentos: Para Empédocles, o amor; para Anaxágoras, a inteligência. O último filósofo da natureza, Demócrito, concordava com a transformação constante da natureza e supôs que todas as coisas eram constituídas por uma infinidade de microsubstâncias, cada qual eterna e imutável, chamando-as de átomos (o pensador se aproximou do que se descobriu posteriormente, do que conhecemos hoje); mas também acreditava que a alma humana era composta de átomos, isto é, a própria consciência do homem, não sendo então imortal.

“Com o surgimento da política democrática nas cidades-estados, a filosofia passa a ser praticada não como procura da verdade, mas como um ensino útil para os líderes políticos fazerem valer os seus pontos de vista nas discussões públicas”⁹. A partir deste momento, a maioria dos filósofos passou a se concentrar na natureza humana, não na natureza das coisas. O primeiro grande filósofo desta nova fase foi Sócrates, que foi professor de

Platão, o qual, por sua vez, ensinou Aristóteles.

Embora Sócrates nunca tenha escrito uma linha com seus pensamentos, ficou marcado como uma das maiores influências filosóficas do mundo e é conhecido mesmo pelos que pouco sabem de filosofia, principalmente por seu fim trágico (foi condenado à morte por seus pensamentos). Sócrates não queria ensinar às pessoas o que ele pensava, mas queria ensiná-las a pensar: daí sua máxima “só sei que nada sei”. Sócrates impulsionava as pessoas a utilizarem a razão, logo, foi um racionalista convicto. Acreditava na consciência humana guiada por esta razão, levando as pessoas a agirem corretamente.

Platão, inspirado por seu mestre Sócrates, transpôs ao papel diversos de seus pensamentos, mas também elaborou suas próprias ideias. Em destaque, investigou a relação entre eterno e imutável, tanto na natureza quando na moral humana. No mundo material, defendeu a fruição das coisas (tudo flui) e a propagação destas coisas pela natureza humana depende de uma ideia pré-estabelecida: “Platão acreditava numa realidade autônoma por trás do mundo dos sentidos. A esta realidade deu o nome de mundo das ideias. Nele estão as imagens padrão, as imagens primordiais, eternas e imutáveis, que encontramos na natureza. Esta notável concepção

é chamada por nós de a teoria das ideias de Platão”. No aspecto moral, Platão defendeu a imortalidade da alma, que seria a morada da razão.

Aristóteles, por mais que fosse discípulo de Platão, mudou seu pensamento em muitos aspectos. Enquanto cientista, saiu ao encontro da natureza e a estudou, acreditando que seus sentidos poderiam lhe fornecer uma percepção do conhecimento, questionando a teoria das ideias de Platão e fornecendo com base em critérios lógicos uma nova concepção do mundo natural (inclusive com a clássica divisão animal, vegetal e mineral).

Enquanto filósofo, pode ser colocado como um dos principais filósofos morais da história da humanidade, razão pela qual voltará a ser estudado no tópico 4. Além do aspecto moral, Aristóteles colocava o homem enquanto ser político, tanto que defendeu a concepção de dimensões de justiça (estudada a título introdutório no tópico anterior).

A partir de movimentos como o helenismo e, principalmente, o estoicismo, a filosofia saiu das fronteiras gregas e adquiriu um caráter global. Inicialmente, passou para Roma, onde Cícero despontou como um dos principais pensadores. Influenciado pela própria estrutura do Império Romano, Cícero trabalhou sua filosofia no modelo da República, estudando o que seria o governante ideal. Logo, também foi um filósofo moral, pois ao estabelecer o conceito de governante ideal traçou as principais virtudes que um homem deveria possuir.

O Império Romano ruiu e abriu espaço para o início da Idade Média, na qual o pensamento filosófico predominante foi o cristianismo. O primeiro pensador deste período foi Santo Agostinho, que “explicava que Deus havia criado o mundo a partir do nada, e este é um ensinamento da Bíblia. [...] Para Agostinho, antes de Deus ter criado o mundo, as ideias já existiam dentro de Sua cabeça. Ele atribuiu a Deus as ideias eternas e com isto salvou a concepção platônica das ideias eternas. [...] Isto também mostra que Agostinho e muitos outros membros do clero se esforçavam ao máximo para conciliar o pensamento grego com o judeu”. Agostinho também dividiu os homens em dois grupos, os redimidos e os condenados, conforme a vontade divina no julgamento das ações humanas (assim, o homem seria responsável por seus atos). O segundo pensador deste período foi Santo Tomás de Aquino, que em sua Suma Teológica desenvolveu um amplo estudo do pensamento cristianista e assim discutiu premissas filosóficas tradicionais como as virtudes morais, os fundamentos do Direito, a consciência humana, a ação racional, etc.

O movimento que se seguiu com o fim da Idade Média foi o Renascimento. Os cidadãos da época do Renascimento começaram a se libertar dos senhores feudais e do poder da Igreja, ao mesmo tempo em que redescobriram a cultura grega. O renascimento visou propiciar uma nova visão do homem e de seu valor, de forma que o homem passa a ser visto como algo infinitamente grande e poderoso. Logo, a marca do Renascimento é um antropocentrismo individualista. No Renascimento surgiram as premissas de toda uma evolução tecnológica, com pensadores como Galileu, Copérnico e Isaac Newton. Em meio a tantas novas teorias e descobertas, o Renascimento trouxe uma nova concepção de Deus muito diferente da defendida na Idade Média.

Após o Renascimento, veio a Reforma

A Revolução Luterana, nomenclatura mais adequada que a usual, que é de Reforma, eis que Lutero alterou em sua tese a totalidade das raízes do cristianismo, notadamente as já afirmadas por

Santo Tomás de Aquino e Aristóteles, em especial a de que a fé seria um ato do intelecto, logo, associada à filosofia, pois para Lutero a fé associa-se somente à teologia, não à filosofia.

Ela se deu em 1518, quando acontece a famosa “Disputa de Heidelberg”, na qual Lutero apresenta 28 teses para corroborar as outras 95 publicadas no ano anterior. Ao Lutero afirmar que a razão filosófica e o Magistério são falíveis e, possivelmente, errados, abre-se as portas para um novo processo de interpretação da teologia cristã. À Reforma seguiu a Contra-Reforma, buscando restaurar premissas da Idade Média e recolocar a Igreja no centro do Poder.

Mais adiante no processo histórico, o Iluminismo, como o próprio nome diz, veio conceder luzes ao pensamento filosófico com seus diversos pensadores. Todos eles, acima de tudo, questionavam a estrutura político-social do absolutismo e focavam seu pensamento numa estrutura mais justa de Estado, explicando também os fenômenos sociológicos que cercam a sua formação.

Como marcos, o Iluminismo têm: a revolta contra as autoridades, o racionalismo, o pensamento do Iluminismo, o otimismo cultural, o retorno à natureza, o cristianismo humanista e os direitos humanos. “Os filósofos iluministas diziam que somente quando a razão e o conhecimento se tivessem difundido entre todos é que a humanidade faria grandes progressos. Era apenas uma questão de tempo para que desaparecessem a irracionalidade e a ignorância e surgisse uma humanidade iluminada, esclarecida. Este pensamento dominou a Europa ocidental até há poucas décadas. Hoje não estamos assim tão convencidos de que o progresso do conhecimento leva necessariamente a melhores condições de vida. Mas esta crítica da ‘civilização’ já tinha sido feita pelos próprios filósofos do Iluminismo”. Inúmeros foram os filósofos relevantes em cada um destes movimentos históricos, mas para os fins desta proposta de estudo, devemos depreender: filosofia não é a discussão isolada e unânime de aspectos determinados, mas sim um complexo de discussões que se propagam no curso da história, adquirindo novas perspectivas, as quais repousam sobre as questões mais essenciais da existência humana: como deve ser visto o espaço em que o homem vive, tanto o social quanto o natural; como a existência do homem deve ser encarada; o que impulsiona o homem a ser quem é; qual o tipo de sociedade deve ser construída para que o homem viva adequadamente. Enfim, são incontáveis as controvérsias postas nos debates filosóficos e até hoje é difícil defender concepções únicas ou unânimes. Contudo, filosofia é mais do que fornecer respostas: é promover discussões. Questionar, assim, é mais importante do que responder.

Estudadas as premissas da filosofia geral, isto é, compreendidos os principais aspectos de seu fundamento, vale encerrar este tópico com o estudo dos fundamentos da filosofia do direito, que é uma das principais áreas de filosofia aplicada a um campo específico.

A área da filosofia do direito que estuda a ética é conhecida como axiologia, do grego *ἀξιος* “valor” + *λόγος* “estudo, tratado”.

Por isso, a axiologia também é chamada de teoria dos valores.

Daí valores e princípios serem componentes da ética sob o aspecto da exteriorização de suas diretrizes. Em outras palavras, a mensagem que a ética pretende passar se encontra consubstanciada num conjunto de valores, para cada qual corresponde um postulado chamado princípio.

De uma maneira geral, a axiologia proporciona um estudo dos padrões de valores dominantes na sociedade, que revelam princípios básicos. Valores e princípios, por serem elementos que permitem a compreensão da ética, também se encontram presentes no estudo do Direito, notadamente desde que a posição dos juristas

passou a ser mais humanista e menos positivista (se preocupar mais com os valores inerentes à dignidade da pessoa humana do que com o que a lei específica determina).

Os juristas, descontentes com uma concepção positivista, estatística e formalista do Direito, insistem na importância do elemento moral em seu funcionamento, no papel que nele desempenham a boa e a má-fé, a intenção maldosa, os bons costumes e tantas outras noções cujo aspecto ético não pode ser desprezado. Algumas dessas regras foram promovidas à categoria de princípios gerais do direito e alguns juristas não hesitam em considerá-las obrigatórias, mesmo na ausência de uma legislação que lhes concedesse o estatuto formal de lei positiva, tal como o princípio que afirma os direitos da defesa. No entanto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é expressa no sentido de aceitar a aplicação dos princípios gerais do Direito (artigo 4°).

É inegável que o Direito possui forte cunho axiológico, diante da existência de valores éticos e morais como diretrizes do ordenamento jurídico, e até mesmo como meio de aplicação da norma. Assim, perante a Axiologia, o Direito não deve ser interpretado somente sob uma concepção formalista e positivista, sob pena de provocar violações ao princípio que justifica a sua criação e estruturação: a justiça.

Neste sentido, Montoro entende que o Direito é uma ciência normativa ética: “A finalidade do direito é dirigir a conduta humana na vida social. É ordenar a convivência de pessoas humanas. É dar normas ao agir, para que cada pessoa tenha o que lhe é devido. É, em suma, dirigir a liberdade, no sentido da justiça. Insere-se, portanto, na categoria das ciências normativas do agir, também denominadas ciências éticas ou morais, em sentido amplo. Mas o Direito se ocupa dessa matéria sob um aspecto especial: o da justiça”.

A formação da ordem jurídica, visando a conservação e o progresso da sociedade, se dá à luz de postulados éticos. O Direito criado não apenas é irradiação de princípios morais como também força aliciada para a propagação e respeito desses princípios.

Um dos principais conceitos que tradicionalmente se relaciona à dimensão do justo no Direito é o de lei natural. Lei natural é aquela inerente à humanidade, independentemente da norma imposta, e que deve ser respeitada acima de tudo.

O conceito de lei natural foi fundamental para a estruturação dos direitos dos homens, ficando reconhecido que a pessoa humana possui direitos inalienáveis e imprescritíveis, válidos em qualquer tempo e lugar, que devem ser respeitados por todos os Estados e membros da sociedade.

O Direito natural, na sua formulação clássica, não é um conjunto de normas paralelas e semelhantes às do Direito positivo.

Mas é o fundamento do Direito positivo. É constituído por aquelas normas que servem de fundamento a este, tais como: “deve se fazer o bem”, “dar a cada um o que lhe é devido”, “a vida social deve ser conservada”, “os contratos devem ser observados” etc., normas essas que são de outra natureza e de estrutura diferente das do Direito positivo, mas cujo conteúdo é a ele transposto, notadamente na Constituição Federal.

Importa fundamentalmente ao Direito que, nas relações sociais, uma ordem seja observada: que seja assegurada a cada um aquilo que lhe é devido, isto é, que a justiça seja realizada.

Podemos dizer que o objeto formal, isto é, o valor essencial, do direito é a justiça.

No sistema jurídico brasileiro, estes princípios jurídicos fundamentais de cunho ético estão instituídos no sistema constitucional, isto é, firmados no texto da Constituição Federal. São os princípios

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente Administrativo

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: TEORIAS E ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

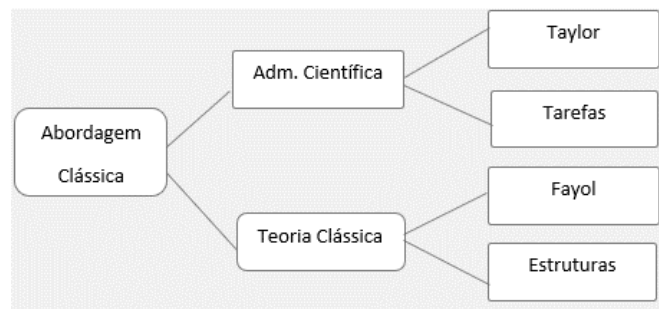
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do improviso.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)

- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;
- Padronização;
- Supervisão funcional.

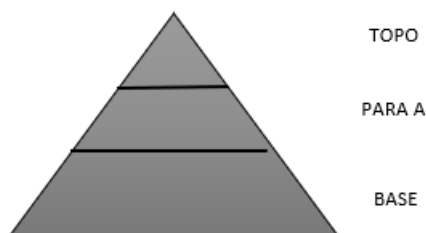
Aspectos da conclusão da Abordagem Científica: A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

— Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.

- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

Teoria Clássica

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- **Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);**
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.

Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

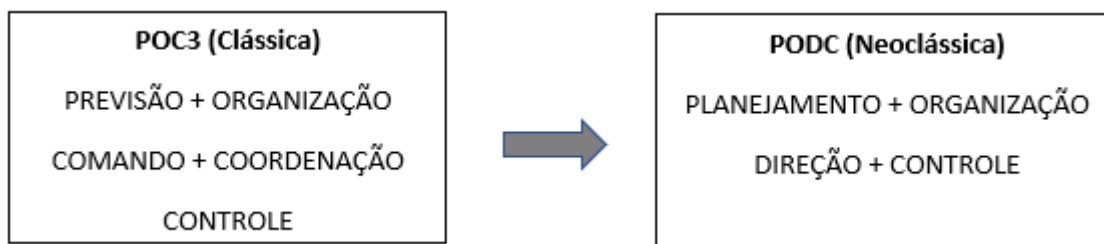
• **Princípios da Teoria Clássica:**

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;
- Espírito de equipe.

A Abordagem Clássica, junto da Burocrática, dentre todas as abordagens, chega a ser uma das mais importantes.

Abordagem Neoclássica

No início de 1950 nasce a Teoria Neoclássica, teoria mais contemporânea, remodelando a Teoria Clássica, colocando novo figurino dentro das novas concepções trazidas pelas mudanças e pelas teorias anteriores. Funções essencialmente humanas começam a ser inseridas, como: Motivação, Liderança e Comunicação. Preocupação com as pessoas passa a fazer parte da Administração.



• **Fundamentos da Abordagem Neoclássica**

- A Administração é um processo operacional composto por funções, como: planejamento, organização, direção e controle.
- Deverá se apoiar em princípios basilares, já que envolve diversas situações.
- Princípios universais.
- O universo físico e a cultura interferem no meio ambiente e afetam a Administração.
- Visão mais flexível, de ajustamento, de continuidade e interatividade com o meio.
- Ênfase nos princípios e nas práticas gerais da Administração.
- Reafirmando os postulados clássicos.
- Ênfase nos objetivos e resultados.
- Ecletismo (influência de teorias diversas) nos conceitos.

Teoria Burocrática

Tem como pai Max Weber, por esse motivo é muitas vezes chamada de Teoria Weberiana. Para a burocracia a organização alcançaria a eficiência quando explicasse, em detalhes, como as coisas deveriam ser feitas.

Burocracia não é algo negativo, o excesso de funções sim. A Burocracia é a organização eficiente por excelência. O excesso da Burocracia é que transforma ela em algo negativo, o que chamamos de disfunções.

• **Características**

- Caráter formal das normas e regulamentos.
- Caráter formal das comunicações.
- Caráter racional e divisão do trabalho.
- Impessoalidade nas relações.
- Hierarquia de autoridade.
- Rotinas e procedimentos padronizados.
- Competência técnica e meritocracia.
- Especialização da administração.
- Profissionalização dos participantes.
- Completa previsibilidade de comportamento.

• **Disfunções**

- Internalização das regras e apego aos procedimentos.
- Excesso de formalismo e de papelório.
- Resistência às mudanças.
- Despersonalização do relacionamento.
- Categorização como base do processo decisório.
- “Superconformidade” às rotinas e aos procedimentos.
- Exibição de sinais de autoridade.
- Dificuldade no atendimento.

Abordagem Estruturalista

A partir da década de 40, tínhamos:

- Teoria Clássica: Mecanicismo – Organização.
- Teoria das Relações Humanas: Romantismo Ingênuo – Pessoas.

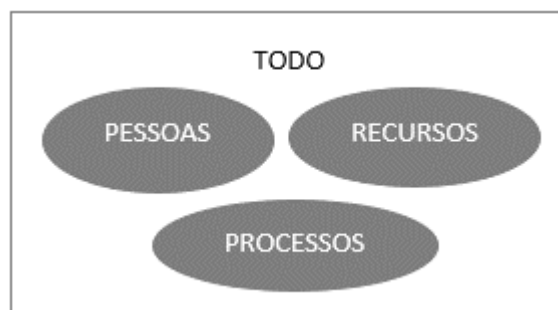
As duas correntes sofreram críticas que revelaram a falta de uma teoria sólida e abrangente, que servisse de orientação para o administrador.

A Abordagem Estruturalista é composta pela Teoria Burocrática e a Teoria Estruturalista. Além da ênfase na estrutura, ela também se preocupa com pessoas e ambiente, se aproxima muito da Teoria de Relações Humanas.

No início da Teoria Estruturalista, vive-se a mesma gênese da Teoria da Burocracia, esse movimento onde só se encontram críticas da Teoria das Relações Humanas às outras Teorias e não se tem uma preposição de um novo método.

- Teoria Clássica: Mecanicismo – Organização.
- Teoria das Relações Humanas: Romantismo Ingênuo – Pessoas.

A Teoria Estruturalista é um desdobramento da Burocracia e uma leve aproximação à Teoria das Relações Humanas. Ainda que a Teoria das Relações Humanas tenha avançado, ela critica as anteriores e não proporciona bases adequadas para uma nova teoria. Já na Teoria Estruturalista da Organização percebemos que o TODO é maior que a soma das partes. Significa que ao se colocar todos os indivíduos dentro de um mesmo grupo, essa sinergia e cooperação dos indivíduos gerará um valor a mais que a simples soma das individualidades. É a ideia de equipe.



• **Teoria Estruturalista - Sociedade de Organizações**

- Sociedade = Conjunto de Organizações (escola, igreja, empresa, família).
- Organizações = Conjunto de Membros (papéis) – (aluno, professor, diretor, pai).
- O mesmo indivíduo faz parte de diferentes organizações e tem diferentes papéis.

• **Teoria Estruturalista – O Homem Organizacional:**

- Homem social que participa simultaneamente de várias organizações.
- Características: Flexibilidade; Tolerância às frustrações; Capacidade de adiar as recompensas e poder compensar o trabalho, em detrimento das suas preferências; Permanente desejo de realização.

• **Teoria Estruturalista – Abordagem múltipla:**

- Tanto a organização formal, quanto a informal importam;
- Tanto recompensas salariais e materiais, quanto sociais e simbólicas geram mudanças de comportamento;
- Todos os diferentes níveis hierárquicos são importantes em uma organização;
- Todas as diferentes organizações têm seu papel na sociedade;
- As análises intra organizacional e Inter organizacional são fundamentais.